O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 5,00 | nº 908 – de 7 de outubro a 21 de outubro de 2022

JUVENTUDE
Após pressão, Bolsonaro recua do confisco da educação
pág.2

PARTIDO
PT no segundo turno em vários estados
pág.4

LUTA DE CLASSES
A luta dos trabalhadores da saúde
pág.8

INTERNACIONAL
Depois das eleições na Itália
pág.11

Após pressão, Bolsonaro recua de confisco da Educação

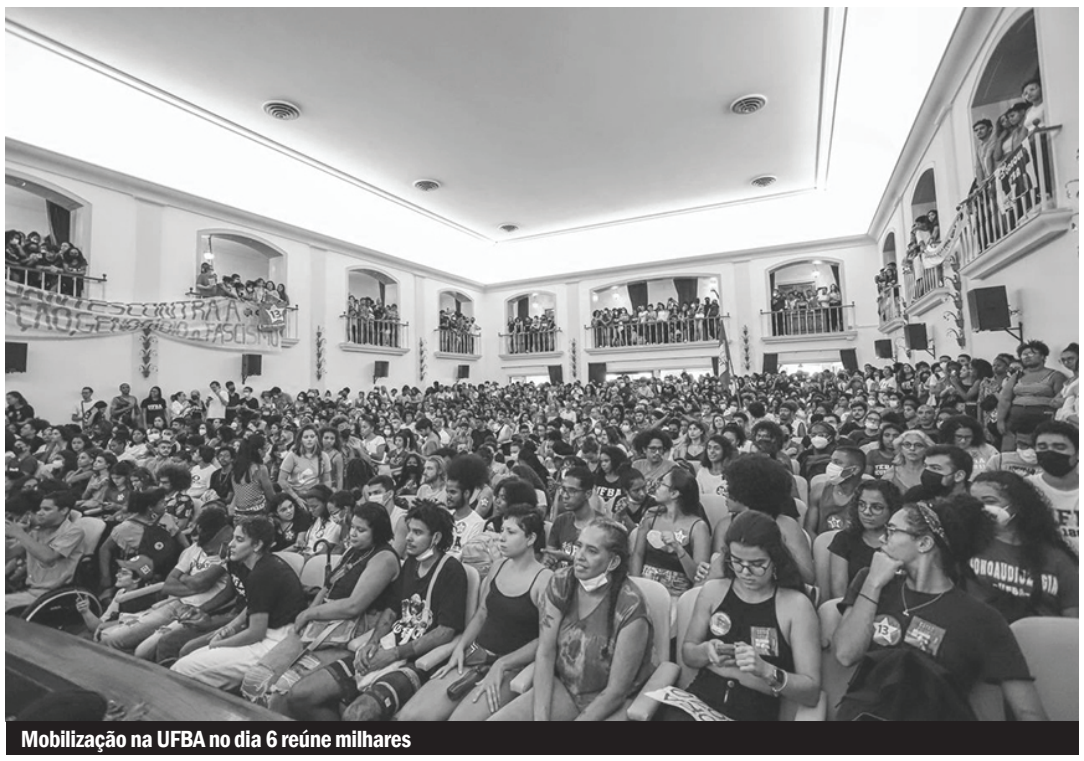
UNE mantém convocação do ato nacional para dia 18 para exigir mais verbas

Em meio ao processo eleitoral, Bolsonaro tenta ampliar o apoio de deputados a partir do orçamento secreto e, para fazer isso, decidiu cortar mais uma vez o orçamento da educação.

No último dia 5 de outubro, os reitores de universidades federais e institutos federais(IFs) foram oficiados sobre o contingenciamento de mais R$ 2,4 bilhões de reais do orçamento destinado ao Ministério da Educação (MEC). A decisão foi assinada por Bolsonaro dois dias antes do primeiro turno das eleições.

Em junho o governo Bolsonaro já havia feito um bloqueio de 3,2 bilhões de reais, e após pressão, recuou e desbloqueou metade desse valor. Mesmo com o desbloqueio parcial do valor, universidades federais e institutos federais sentiram o impacto da falta de orçamento. Universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília já foram a público informar que a falta de verba pode obrigar as universidades a fecharem as portas e cortarem programas de permanência.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as universidades perdem a capacidade de investir em projetos de pesquisa como o desenvolvimento de vacinas, manutenção dos restaurantes universitários e bolsas estudantis. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), afirmou que "transporte, alimentação, internet, chip de celular, bolsas de estudo, dentre outros tantos elementos essenciais para o aluno não poderão mais ser custeados pelos Institutos Federais, pelos Cefets e Colégio Pedro II".



Mobilização na UFBA no dia 6 reúne milhares

Estudantes reagem aos cortes e vão às ruas!

Na quinta feira, dia 6 de outubro, cerca de 1,5 mil estudantes da UFBA estiveram nas ruas em paralisação exigindo o desbloqueio do orçamento. Ninguém aguenta mais tanto descaso com a Educação! Essa mobilização se soma a outras dezenas de assembleias e atos que estão previstos para acontecer até o dia 18.

A UNE decidiu em reunião construir um calendário de lutas contra o confisco do orçamento com assembleias entre os dias 10 e 17/10 e ato nacional contra o confisco dia 18/10. Bolsonaro nega que haja cortes e diz que o contigenciamento existe para cumprir o Teto de Gastos. Após pressão, o MEC anunciou o recuo no bloqueio do orçamento. Mesmo com o recuo, a UNE decidiu manter as mobilizações.

Não dá para continuar com as universidades e Institutos Federais com risco de fecharem. Só os estudantes nas ruas podem derrotar os cortes e recompor o orçamento. Nesse segundo turno precisamos defender a candidatura de Lula para revogar o Teto de Gasto e por mais verba e bolsas estudantis.

Victor Caíque

Monopólio na educação privada cresce no Brasil

Conglomerados avançam até em cursos preparatórios que ensinam tortura

Conglomerados educacionais antes presentes principalmente na educação superior agora avançam no controle de outros segmentos educacionais como ensino básico e materiais didáticos. O maior grupo educacional brasileiro, Cogna, se fundiu neste ano com o grupo Kroton, proprietário de diversas redes de ensino superior. Especializada em redução de custos a Kroton agiu no mercado de universidades privadas como um rolo compressor sobre direitos e conquistas.

Agora, unidos no grupo Cogna estão redes de universidades particulares como Anhanguera, Unopar, Fama e outras. E redes de escolas como a Pitágoras. O grupo também é dono de redes de escolas de inglês como a Red Ballon e marcas editoriais didáticas como Ática, Scipione, Saraiva e muitas outras. Também passaram a dominar diversos sistemas de ensino (apostilas) como Anglo, Mackenzie, Ético e outras.

Uma das práticas do grupo é de demissões massivas de docentes periodicamente para evitar evolução do plano de carreira dos professores. Em 2020 demissões em massa chegaram a ser questionadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Crescimento no ensino básico

Uma das empresas do grupo Cogna é a Vasta, dedicada a atuação no mercado de educação básica do grupo, com um crescimento previsto de 35% no quarto trimestre deste ano.

Esse crescimento nos lucros também se dá com o fato do conglomerado possuir mais de 40 empresas diferentes em seu braço educacional. De sistemas de gestão escolar a plataformas paradidáticas digitais e outros serviços.

Influência sobre as políticas educacionais

Uma das características principais deste movimento de monopólio educacional é que ele passa a esticar seus tentáculos para dentro da definição das políticas públicas e na transferência de recursos para conglomerados educacionais privados por meio de financiamentos.

Um bom exemplo disso foi a nomeação da presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (ANUP), empresária Elizabeth Guedes, irmã do ministro Paulo Guedes, (ministro da Fazenda do governo Bolsonaro), para ocupar uma vaga na Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC.

A ANUP tem em sua cúpula os principais conglomerados de educação do país: Cogna, Anhembi Morumbi e Yduqs (dona das Estácio de Sá). Um claro exemplo do lobby contra a nação brasileira destes conglomerados é a ação das empresas representadas pela irmã de Paulo Guedes junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da limitação da abertura de vagas para cursos de medicina para criar uma reserva de mercado e inflar os preços das mensalidades.

Conglomerado inclui cursos de tortura

O Curso Preparatório AlfaCon sediado em Cascavel integra a Somos Educação, parte da Cogna.

Em outubro de 2019 o site A Ponte denunciou aulas de tortura e execução dadas pela AlfaCon. Nas aulas de Código Penal e Direito Processual Militar "eram ensinado como matar suspeitos ou torturá-los". Foi no AlfaCon que Eduardo Bolsonaro fez uma "aula" de campanha eleitoral afirmando que era preciso de "um cabo e um soldado para fechar o STF".

O curso preparatório ficou famoso por instruir em suas aulas como policiais deveriam fazer câmaras de gás nas viaturas. O caso ficou em evidência com a morte de Genivaldo de Jesus Santos, assassinado por Policiais Rodoviários Federais após ser preso e jogado na viatura onde foi submetido à "câmara de gás" na viatura.

Manuel Medeiros

30 de outubro: ganhar e levar!

O 1º turno mostrou, como cantou Cazuza, que estamos "por um triz, pro dia nascer feliz". Estamos por um triz, ainda não chegamos lá, mas vamos chegar!

Nas próximas semanas é organizar a militância para ir às ruas e conversar com o povo trabalhador para vencermos com força o 2º turno. Ganhar e poder governar correspondendo às expectativas dos 57,2 milhões que já votaram em Lula em 2 de outubro e nos novos milhões de brasileiros e brasileiras que votarão porque querem se ver livre da trágica situação a que está sendo empurrada a maioria oprimida. É preciso livrar o país deste governo que tirou a comida da mesa, derreteu os direitos e conquistas, demole os serviços públicos, privatizou o Orçamento da União para seus comparsas no Congresso, numa ameaça permanente à democracia.

Todo apoio para eleger Lula é, por certo, benvindo. Mas sem cair no canto das sereias que não querem Bolsonaro, mas vão muito bem, obrigado, com a política de seu governo.

Na segunda-feira, após o 1º turno, a bolsa subiu, o dólar caiu. Foi o mercado comemorando o que viu como uma chance para tentar colocar uma camisa de força no novo governo que vem porque para o povo é sim preciso reconstruir e transformar o Brasil.

A revogação das medidas draconianas, como a reforma trabalhista para recuperar empregos com direitos. O fim do teto de gastos, para recuperar e avançar em políticas sociais e nos serviços públicos, como saúde e educação (agora mesmo reitores alertam que as universidades federais podem fechar as portas por falta de verbas). A recuperação de estatais, como a Eletrobrás, o fim das benesses ao agro negócio depredador e do avanço contra os povos indígenas e quilombolas. São estas medidas que a maioria do povo precisa e são elas que o mercado não quer.

VAMOS CONVERSAR COM O POVO TRABALHADOR

Mas, como já disse Lula, "o mercado não vota", mas o povo vota e milhões votarão 13 em 30 de outubro porque querem uma vida melhor. E é com eles e para eles que vamos expulsar o arruaceiro do Planalto.

Este é um primeiro passo, pois os obstáculos se avolumam. Por exemplo, o novo Congresso Nacional eleito é o mais reacionário de todos, com reforço de parlamentares bolsonaristas. Como demolir esta verdadeira muralha que se ergue contra os interesses do povo, a não ser com a força da mobilização popular?

A batalha das próximas semanas combina a busca do voto em Lula com a construção de uma força que permita sustentar um governo de reconstrução e transformação.

Como diz um jingle de Lula (em 2002), "bote esta estrela no peito, não tenha medo ou pudor" e vamos conversar com o povo trabalhador!

Vamos levantar com força medidas emergenciais - como reajuste geral dos salários, a começar pelo salário mínimo, tabelamento dos preços da cesta básica, despejo zero, medidas que dizem respeito às condições concretas de vida do povo. E aquelas medidas necessárias para conquistar uma verdadeira democracia, como o fim da tutela militar (garantida na Constituição em seu artigo 142) que se escancarou de maneira inescrupulosa nestas eleições com os milicos se imiscuindo em assunto que não lhe diz respeito.

É com a força do povo trabalhador, e não com o aliancismo sem fronteiras, com propostas concretas para os oprimidos, e não apenas com o legado ou cedendo às pressões do mercado, que podemos cravar uma vitória em 30 de outubro que corresponda às expectativas que ela representará.

ASSINE O TRABALHO

44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal R$**10**/mês

assinatura semestral R$**60**/semestre

assinatura anual R$**120**/ano

assinatura solidária R$**150**/ano

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R$ 60,00 • 24 edições: R$ 120,00 • Assinatura solidária: R$ 150,00

A partir do nº _____ **Nome:** _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

CEP: _____ **Tel.:** _____

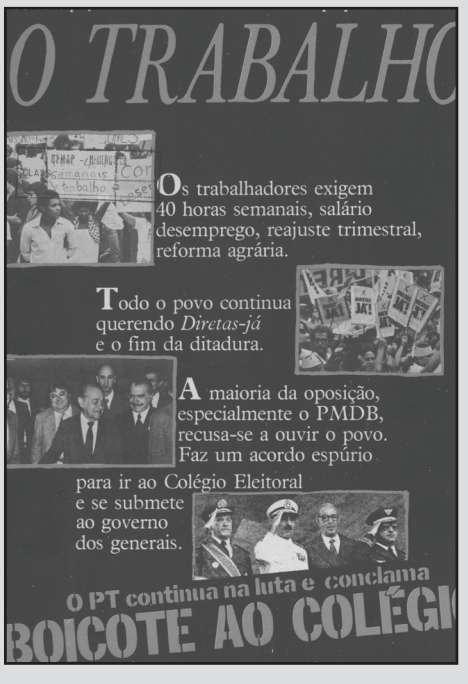
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br

Memória

NA LUTA POR DEMOCRACIA, O CHAMADO À SUSTENTAÇÃO DE OT

Nas próximas semanas estaremos realizando mais uma campanha financeira (...). Contribuir com a campanha financeira de "O Trabalho" significa não apenas se posicionar pela sustentação da imprensa operária, mas, sobretudo, apoiar o combate político (...) que hoje se expressa de forma concentrada em nossa luta pela construção do Partido dos Trabalhadores enquanto partido de massas e pela consolidação da Central Única dos Trabalhadores (...). [Representa] o apoio ao combate intransigente que temos levado junto com o PT para impor a vontade da esmagadora maioria da nação que é a de impor as Diretas-já sobre os escombros da ditadura militar e de seu Colégio Eleitoral para que as reivindicações do povo possam ser atendidas.



O Trabalho nº 239 – 12/10/1984

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Diagramação: Paulo Henrique

PT vai ao segundo turno pela primeira vez em SC

O Partido dos Trabalhadores conseguiu passar ao segundo turno no estado de Santa Catarina. Décio Lima, do PT, obteve 17,42% dos votos e vai enfrentar Jorginho Mello, do PL de Bolsonaro (38%). Trata-se de um feito, num dos estados com maior votação para Bolsonaro, que obteve 62, 21% contra 29,54% de Lula.

Sobre esse cenário e a campanha daqui pra frente no estado, O Trabalho ouviu Renê Munaro. Presidente do Sindicato dos servidores públicos de Florianópolis, e militante do DAP, Renê foi candidato a deputado federal pela primeira vez e obteve 7653 votos.

O que explica a chegada do PT ao segundo turno?

Por um lado houve um deslocamento que se comprovou nas urnas já no primeiro turno. A direita tradicional do estado, as famílias oligarquicas Bornhausen e Amin, saíram divididos com os bolsonaristas que capitaneavam um outro setor de direita.

O resultado eleitoral mostrou que há um deslocamento do centro político na direita no estado com a ascensão dos bolsonaristas e a derrota política de todos esses setores da antiga oligarquia, que não elegeu ninguém. Para governador essa divisão da direita ajudou a nos colocar pela primeira vez no segundo turno.

Por outro lado, o ponto diferencial da nossa candidatura a governador foi a defesa da revogação da reforma da previdência do Estado e a defesa dos serviços públicos contra a privatização. Isso marcou a campanha. Fora isso a campanha ficou ligado à questão do voto 13, da campanha nacional majoritária.

Lula obteve uma votação maior que a de Décio, inclusive.

Como a sua campanha agiu nessa situação?

Nós fizemos uma campanha militante, organizada no chão de fábrica, escola, creche, posto de saúde, universidade, enfim, uma campanha construída com militantes a partir dos locais de trabalho e que respondeu aonde chegou ou teve respostas positivas nas cidades aonde conseguiu chegar, a partir da discussão do nosso programa. Foi partindo da defesa dos interesses do povo trabalhador é que defendemos o voto 13 tanto para governador quanto para presidente.

E agora, como será o segundo turno?

Nossa perspectiva de segundo turno é reforçar a votação no 13. Dá pra ampliar essa votação no caso do governo, já que o Lula teve muito mais votos que o candidato ao governo. E garantir aí uma disputa focada no debate nacional. Vai polarizar, as coisas estão diretamente ligadas, já que no cenário nacional há um candidato do PL e um do PT.

Então vai ser um repeteco da disputa nacional. Em Florianópolis, a capital, a eleição ficou 46% x 43%. O sul da ilha petista e o norte Bolsonaro.

Décio e Renê

Foi uma eleição bastante dividida na capital. Vamos trabalhar para virar. No interior, o Bolsonarismo perdeu terreno mas ainda tem uma larga vantagem de 60% a 30% no 1° turno, o que irá exigir da gente uma discussão mais qualificada do ponto de vista do programa, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, da juventude, na defesa dos direitos e na retomada de questões fundamentais para os trabalhadores.

Virada histórica na Bahia

Além de alcançar quase 70% dos votos válidos na Bahia para Lula, o PT levou seu candidato, Jerônimo Rodrigues ao segundo turno com 49% dos votos, numa virada histórica. Ele enfrentará ACM Neto, ex prefeito de Salvador, que se declarou negro para cavalgar o fundo partidário e viu sua candidatura derreter nas últimas semanas, face ao crescimento de Lula e do PT.

A respeito deste cenário, conversamos com a Professora Marize Carvalho.

Militante do DAP e membro da executiva nacional da CUT, Marize foi candidata a deputada federal pelo PT e obteve 7648 votos em sua primeira candidatura.

Como você avalia este resultado do 1° turno?

Foi significativa a vitória de Lula no estado. Lula perdeu apenas em dois municípios dos 417. O candidato do PT, Jerônimo deu uma virada contra ACM Neto. Há uma vontade de mudanças profundas dada a situação de fome, desemprego e retrocesso das políticas públicas. O povo quer emprego, moradia, comida na mesa, saúde e educação e estas foram corroídas com as crises econômica e política que estamos vivendo. Foi isso o que mais escutei durante a minha campanha.

O PT chegou a discutir abrir mão da candidatura no estado...

Pois é. O DAP foi um dos primeiros grupos a reagir a essa situação. Imagina abrir mão de uma candidatura do PT num estado onde Lula tem 70% dos votos. Acho que o resultado indica que estávamos corretos na defesa da candidatura própria desde o início.

Como será a batalha no segundo turno?

A ação da campanha majoritária é de buscar ampliar a votação, por exemplo, com os votos do PSOL e Rede que tiveram candidato e parlamentares e prefeitos, inclusive ligados antes ao candidato da oposição ao PT no estado.

Mariza e Gerônimo

Mas considero que a batalha no segundo turno na Bahia também é de reverter votos, especialmente em Salvador e cidades polos, onde Lula venceu e o candidato do PT perdeu com diferenças de mais de 50%. É necessário dialogar com os trabalhadores a partir de medidas concretas.

Precisamos de mais serviços públicos, e não da privatização da Embasa (empresa de água e saneamento), mais concursos públicos e outras medidas como obras, geração de emprego e renda.

Por isso temos realizado diversas reuniões com setores de mulheres, sindicais, educação e movimento populares, para organizar estratégias para o segundo turno.

Para nós, eleger Lula e Jerônimo é expressão da luta de classe e a maioria na Bahia quer sair do sufoco. Como nossa campanha esteve a serviço da luta do povo, vamos aproveitar a confiança depositada no primeiro turno voltando às comunidades (bairros) onde estivemos.

A intenção é organizar reuniões do DAP e fazer filiação ao PT. Também teremos intensa campanha junto à comunidade universitária que já se levantou contra o corte de verbas.

São Paulo: depois de 20 anos PT no segundo turno

O resultado do PT em SP surpreendeu com a votação do bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) que vai como favorito para o segundo turno contra Haddad. Ajudaria a explicar isso a tática da campanha Haddad que fez "frente única" com Tarcísio, para bater no moribundo Rodrigo Garcia (do moribundo PSDB) acreditando ser mais fácil derrotar Tarcísio? Seria? Não é o que mostram os números. No interior Bolsonaro ganhou, por isso saiu vitorioso no estado!

O fato a destacar é que, após 20 anos o PT paulista disputa um segundo turno para governador e sua bancada na Assembleia Legislativa saltou de 10 para 18 deputados. Além do PT ter vencido na capital e na maioria das cidades do chamado "cinturão vermelho" na região metropolitana. No estado o PT perdeu no interior, onde os votos de Alckmin não foram entregues.

Agora, na campanha para o segundo turno, sem meias palavras, é preciso dizer a que vem o PT. Vem para reverter a política do PSDB que há décadas governa o estado – Covas, Alckmin, Serra e agora o sabujo Rodrigo Garcia que declarou voto incondicional a Bolsonaro. O bolsonarista Tarcísio ao ganhar apoio de Rodrigo disse que não vai dar um "reset" na política dos tucanos. Haddad deve dizer que vai deletar as privatizações, a entrega da saúde às Organizações Sociais, os ataques ao servidores, o desmantelamento promovidos pelos tucanos, deixando claro: o PT vem para mudar!

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

de 7 de outubro a 21 de outubro de 2022

/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil http://petista.org.br

DAP chama reuniões para organizar a ida às ruas

Chamar o voto Lula levantando as necessidades imediatas do povo!

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, reunido no dia 6 de outubro, fez um balanço do resultado das eleições no 1º turno e discutiu uma orientação para a ação dos militantes do DAP e os candidatos por ele apoiados, para garantir a vitória de Lula em 30 de outubro.

PT retoma terreno

É compreensível que, visto à expectativa alimentada de uma vitória no 1º turno, o que era possível pois faltaram só 1,8 milhões de votos, tenha havido alguma frustração entre os militantes e simpatizantes. Porém, nada de desânimo! Lula venceu com uma votação recorde de mais de 48% dos votos válidos, índice superior aos obtidos pelo PT em 1º turno nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Teve 6 milhões de votos a mais que Bolsonaro. O PT também cresceu, aumentando suas bancadas na Câmara, Senado e Assembleias Legislativas.

Além de SP, BA e SE, pela primeira vez o PT disputa o segundo turno em Santa Catarina, estado bunker do bolsonarismo, além dos 3 governadores já eleitos (RN, CE e PI) e da candidatura de Marília Arraes, que o DAP decidiu apoiar.

Como disse um companheiro do Comitê, o PT recuperou terreno e agora é se apoiar nisso para melhorar e chegarmos à vitória dia 30.

O bolsonarismo também cresceu

Mas vai ser uma parada dura. O bolsonarismo e a extrema-direita ampliaram sua força na eleição de deputados federais, senadores e governadores. Bolsonaro, com a caneta na mão, utilizará todos os recursos, como já está fazendo, por exemplo, com a promessa do 13º salário para beneficiárias do Auxílio Brasil. Além de ameaças, intimidação e violência. O PT e seus militantes não podem deixar-se intimidar.

"União nacional", para quê?

Apesar de vitorioso na capital paulista e no "cinturão vermelho", Lula foi derrotado no interior de São Paulo, região onde se depositava expectativa no vice Alckmin. Da mesma forma, Lula teve uma votação abaixo da esperada em Minas Gerais: o apoio a Kalil não rendeu nada, na verdade, prejudicou. É necessário tirar uma conclusão dessa experiência, corrigir o rumo neste 2º turno. Isto quer dizer, não ceder às pressões dos apoios que podem virar "presente de grego" e levantar as necessidades urgentes do povo.

Falar com o povo, ouvir suas aspirações

As medidas de emergência defendidas pelo DAP, como o aumento de salários, o tabelamento dos preços, moradia, reestatizações, fim da tutela militar e outras, mantêm sua validade. É preciso ir até o povo, ouvir suas reivindicações e apoiar as lutas, como na enfermagem pela aplicação do piso salarial e dos trabalhadores da Mercedes em defesa dos empregos. E organizar novas lutas como agora contra o brutal corte de verbas nas universidades. A campanha Lula deve ser claramente o móvel para impedir a continuidade de destruição do país, reconstruí-lo, transformá-lo. É para isso que o Comitê Nacional do DAP, que publicará uma carta no próximo dia 10, chama seus grupos de base.

O papel dos candidatos do DAP

O DAP apoiou candidatos a deputado federal e estadual m vários estados. Saudamos a reeleição do companheiro Betão a deputado estadual em Minas Gerais (ver abaixo). Mas todos os candidatos têm um papel a cumprir neste 2º turno. O Comitê Nacional orienta que se convoquem o quanto antes plenárias dos apoiadores, abertas aos militantes do PT, para fazer o balanço dos resultados, mas, mais importante, organizar a campanha e a luta nessas poucas semanas que faltam, nas ruas, escolas, portas de fábrica e bairros!

Roberto Salomão

Betão reeleito em Minas com mais de 62 mil votos

Professor de geografia e militante do Diálogo e Ação Petista, o deputado estadual Betão, do PT de Minas Gerais, foi reeleito no dia 2 de outubro com 62.169 votos. Um crescimento de mais de 75% em relação à 2018, quando foi eleito deputado pela primeira vez, com quase 36 mil votos, depois de ser vereador em Juiz de Fora por três mandatos.

Em 2022, além dessa votação expressiva, Betão saiu de Juiz de Fora como o deputado estadual mais votado. Foram 32.503 votos na cidade da zona da mata mineira. Ele também ampliou sua votação por todo o estado. Obteve votos em 424 municípios (metade dos municípios mineiros).

Betão atribui este sucesso eleitoral ao fato de que ampliou a atuação do seu mandato. "Quando eu era vereador nossa pauta era muito voltada para a educação e a luta dos movimentos populares e sindicais. Neste primeiro mandato como deputado mantivemos essa atuação, mas também ampliamos para a defesa da agricultura familiar, a luta contra a mineração predatória, a defesa das populações quilombolas e a luta pela moradia popular, para ficar em alguns exemplos." explica.

"Além disso - completa Betão – nós organizamos uma ampla campanha por todo o estado, apresentando nossa atuação e defendendo os trabalhadores e o serviço público. Distribuímos cerca de 1 milhão de panfletos com nossas propostas, que incluem os 13 pontos de emergência do DAP, como a luta pela revogação da reforma trabalhista, da previdência, a reestatização do que foi privatizado, o aumento geral dos salários entre outras bandeiras. Defendemos a ideia de que, uma vez Lula eleito, precisamos lutar pela convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana para avançar estas medidas. Acho que a eleição de um Congresso ainda mais reacionário, confirma essa necessidade", avalia o deputado.

Betão é oposição ao governo Zema, que acabou reeleito em 1° turno, com 56% dos votos válidos no estado. "Zema é um governador que se intitula muito liberal na economia, que quer privatizar tudo, como a Cemig (empresa de energia), a Copasa (empresa de saneamento), a Codemig (companhia de desenvolvimento econômico do estado). Ele tenta entregar hospitais para Organizações sociais, assim como parques estaduais (reservas ambientais) e até escolas ele quer colocar na mão das OSs. Nosso mandato luta para frear este movimento de privatização."

Zema enfrentou Alexandre Kalil, do PSD, que o PT decidiu apoiar. Betão votou contra este apoio no encontro estadual do partido. "O PT deveria ter lançado uma candidatura própria, seria a melhor maneira de enfrentar Zema diretamente e dar um palanque aguerrido para a candidatura Lula", ele avalia. Apesar de ter vencido em Minas, Lula perdeu em Belo Horizonte, onde Kalil era prefeito.

Foco no segundo turno

"Agora temos que focar no segundo turno, temos que ampliar a votação do Lula em Minas" afirma Betão. Para isso ele já está engajado em ajudar a reunir a militância em diversas cidades, começando por Juiz de Fora. "Já participei de uma primeira plenária de militantes do PT, do PCdoB e do PSOL. Na ocasião, eu anunciei que nosso mandato vai manter permanentemente uma banquinha de materiais no centro da cidade, como fizemos ao longo de todo o 1° turno. Nesta reunião se decidiu convocar uma plenária regional da zona da mata e atividades nos bairros e locais de trabalho, além de uma arrecadação financeira independente pra fazer os materiais necessário", explica o deputado. "Vamos pra cima, pra impedir a intimidação patronal nas fábricas e locais de trabalho e a intimidação bolsonarista nas ruas", completa.

Correspondente

Do primeiro ao segundo turno

Primeiras reflexões sobre o resultado de 2 de outubro

Lula fala na Avenida Paulista -SP no dia 2 de outubro

Um balanço destas eleições de 2022, por certo, só poderá ser feito após o dia 30 de outubro. Mas elementos do primeiro turno já devem levar a algumas reflexões, até para ajustar a batalha nas próximas semanas.

Houve um sentimento de frustração da expectativa de que eleição fosse decidida em 2 de outubro.

Lula teve a votação recorde de 37% (57,2 milhões) do total dos eleitores aptos, igual ao 1º turno de 2006, venceu Bolsonaro e vai como favorito, ainda que por pequena margem, para o 2º turno em 30 de outubro. O PT elegeu três governadores (CE, PI e RN) no 1º turno, quatro vão para o 2º turno (BA, SE, SP e SC). A bancada na Câmara Federal cresceu de 56 para 68 deputados e no Senado de sete para nove. O PT se recompôs em parte em algumas Capitais e no "cinturão vermelho" em SP, estado onde foi ao 2º turno depois de 20 anos.

Nacionalmente, num total de 5570 municípios, Lula venceu em 3377, incluindo a capital paulista, com 47,5% dos votos, e várias cidades da região metropolitana.

Faltaram 1,8 milhões de votos

Mas, é verdade que para a vitória no 1º turno "faltaram" 1,8 milhão de votos que não vieram dos aliados Alckmin (SP), em especial no interior do estado que deu a vitória a Bolsonaro, e Kalil (MG), ex-prefeito de Belo Horizonte onde Bolsonaro teve 46,60% e Lula 42,53%. Em Pernambuco, Danilo Cabral (PSB), apoiado pelo PT amargou um quarto lugar, e Marília Arraes vai como favorita para o segundo turno, agora com o apoio do PT.

Além dos aliados, em particular Alckmin-Kalil, não terem acrescentado em termos de voto, a campanha ao se fixar no legado, não apresentou compromissos concretos (emprego, salário, moradia, reestatização e outras reformas populares), para dialogar com as demandas urgentes. Em particular, os últimos dias de campanha foram focados na adesão de banqueiros e celebridades tipo "ricos e famosos", o que não dialoga com o povo pobre sofrido.

Bolsa sobe, dólar cai e pressões se intensificam

O "mercado" comemorou ter segundo turno, a Bolsa subiu e o dólar caiu (ver ao lado). Um articulador dos "manifestos democráticos", Fabio Barbosa, ex-presidente da Febraban hoje na Natura, foi bem claro: "Temos de ver até onde Lula vai ceder e onde ele deverá buscar apoio. O jogo agora é outro". Um gestor anônimo da Faria Lima comemorou: "o Congresso será mais bolsonarista e, por conta disso, não haverá 'reformas malucas' caso Lula seja eleito" (Valor 03/09/22).

De fato, esse será um Congresso ainda mais reacionário do que o de 2018 (ver pag. 7). O peso tanto na Câmara como no Senado será do "bolsonarismo raiz". Isso, mais a penca de governadores e senadores bolsonaristas, é o produto dos quatro anos de trapaça de Bolsonaro, dos atropelos institucionais e dos crimes capitulados em lei e nunca investigados e nem foram punidos, pois tinham a cumplicidade do Congresso e do Judiciário. E, é preciso lembrar, contaram com a passividade da Oposição. Além das "bondades" de fim de mandato, o Fundão garantiu a reeleição da oligarquia parlamentar e, como sempre, funcionou melhor para o governismo, assim como a distribuição das emendas parlamentares turbinadas nesta legislatura pelo "Orçamento secreto". Assim, a extrema-direita engoliu boa parte da direita (PSDB etc.) que acabou de implodir. Definitivamente, o bolsonarismo não caiu do céu! E para removê-lo é preciso levantar as bandeiras concretas que podem ganhar votos e mobilizar o povo trabalhador

Ana Carolina

ABSTENÇÃO, BRANCOS E NULOS

Abstenção continuou alta (20,3% em 2018 foi a 20,9% em 2022), mas os Brancos e Nulos caíram (de 8,8% em 2028 para 4,4% em 2022), de modo que a soma de A/B/N caiu um pouco de 27% para 24%. Na verdade, garantido esse nível alto de Abstenção que era a meta de Bolsonaro para ajudar a passar ao 2º turno com uma campanha de intimidação e violências, os militares puderam manter a sua tutela à sombra no dia da eleição.

"Mercado" pressiona Lula

Bancos e grandes investidores querem que suas posições sejam defendidas na campanha

Logo após o primeiro turno, o mercado financeiro sinalizou haver gostado do resultado, com a subida da Bolsa e a queda de cotação do dólar.

Ao serem entrevistados, representantes de bancos e dos grandes investidores explicaram que o fato de Bolsonaro ter demonstrado mais força do que o previsto, além de o Congresso eleito manter predominância da direita, obrigarão Lula, mesmo que ganhe a eleição, a "caminhar para o centro" e fazer uma política de acordo com os seus interesses.

Um analista do jornal econômico "Valor" (3/10) avalia que agora Lula "deve explicar o que quer realmente dizer quando defende a revogação do teto de gastos e a revisão do atual regime fiscal brasileiro". E, com relação à reforma tributária, após citar pontos do programa divulgado pelo candidato do PT (sistema solidário, justo e sustentável), decreta: "É pouco".

Um banqueiro, ouvido pelo jornal, diz que "o mercado reagiu bem à ida da eleição para o segundo turno porque os agentes não estavam felizes em dar 'um cheque em branco' ao petista na hipótese de que ele fosse eleito sem precisar se comprometer com algumas questões caras a esse público na área econômica" ("Valor", 4/10).

O "mercado" quer ditar, ponto por ponto, o que Lula deve dizer e fazer na campanha. E exige saber, com antecedência, quem será o seu ministro da Fazenda, indicando como nome ideal o de Henrique Meirelles, que no governo Temer comandou a economia e a contrarreforma trabalhista, por exemplo.

Economistas tucanos

Os empresários, de acordo com matéria da "Folha de S.Paulo" (5/10), "querem um compromisso claro de Lula em relação ao controle de gastos e obediência a uma forte âncora fiscal". E mais: "Além disso, pregam a defesa das reformas, especialmente a administrativa e a tributária. Também não querem a revisão das novas regras trabalhistas".

Quatro economistas tucanos (Edmar Bacha, Pedro Malan, Persio Arida e Armínio Fraga) divulgaram nota conjunta de apoio a Lula no segundo turno, na qual afirmam: "Nossa expectativa é de condução responsável da economia".

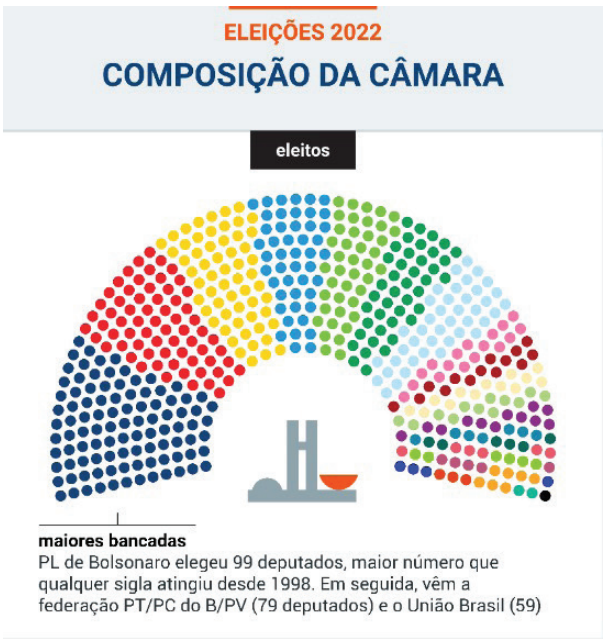
Arida, que coordenou o programa de governo de Alckmin na campanha presidencial de 2018, justificou sua posição dizendo que Bolsonaro não fez tudo o que deveria ter feito! Suas palavras: "O desempenho na economia foi muito ruim. Ele não entregou o que prometeu. Não fez abertura de mercado, nem reforma tributária, muito menos as privatizações que prometeu. A única privatização, a da Eletrobras, é a pior da história" ("Folha", 7/10).

Daí se pode concluir para onde pretendem levar um futuro governo Lula.

Cláudio Soares

Congresso: pior do que estava, ficou

Eleição da Câmara e Senado, uma muralha às reivindicações populares



partido	eleição 2018	bancada atual	eleição 2022	variação (bancada atual-eleitos)
PL*	33	76	99	23
PT	56	56	68	12
União Brasil	-	51	59	8
PP	37	58	47	-11
PSD	34	46	42	-4
MDB*	34	37	42	5
Republicanos*	30	44	41	-3
PDT	28	19	17	-2
PSB	32	24	14	-10
PSDB	29	22	13	-9
Podemos*	11	9	12	3
Psol	10	8	12	4
Avante*	7	6	7	1
PSC	8	8	6	-2
PC do B	9	8	6	-2
PV	4	4	6	2
Cidadania*	8	7	5	-2
Solidariedade	13	8	4	-4
Patriota*	5	5	4	-1
Novo	8	8	3	-5
Pros	8	4	3	-1
Rede	1	2	2	0
PTB	10	3	1	-2

Reprodução Poder 360

O primeiro turno das eleições resultou num Congresso mais reacionário, pior do que estava.

Mesmo se a bancada do PT na Câmara saltou de 54 (ou 56 eleitos) a 68, e a esquerda (PT, PCdoB, PSOL) saltou de 73 para 86. Mas a centro-esquerda (PDT, PSB, PV, Rede) recuou de 66 para 39. Ambas juntas, que nunca conseguiram ultrapassar muito um quarto da Câmara (mesmo no auge da popularidade de Lula e Dilma entre 2006 e 2010), terão 24%, recuando de 139 para 125.

A direita ampliou seu tamanho e o ultrafisiológico centrão, reforçado por bolsonaristas "raiz", aumentou ainda sua parcela na direita.

A máquina do governo funcionou a todo vapor, desrespeitando gravemente a legislação eleitoral e a Constituição.

Deputados do Centrão, base fisiológica do bolsonarismo, encheram os bolsos de dinheiro público para financiar suas riquíssimas campanhas eleitorais.

A tabela ao lado que reproduzimos do Jornal O Globo, mostra o resultado.

Com o Orçamento Secreto mais de R$16 bilhões, retirados de verbas que deveriam ir a programas sociais, foram usados para as campanhas eleitorais de deputados do Centrão. Eles elevaram fortemente suas votações e foram capazes de eleger bancadas ainda maiores. O PL passou de 76 para 99. Outro que cresceu foi o União Brasil (fusão entre o DEM com o PSL), de 51 para 59.

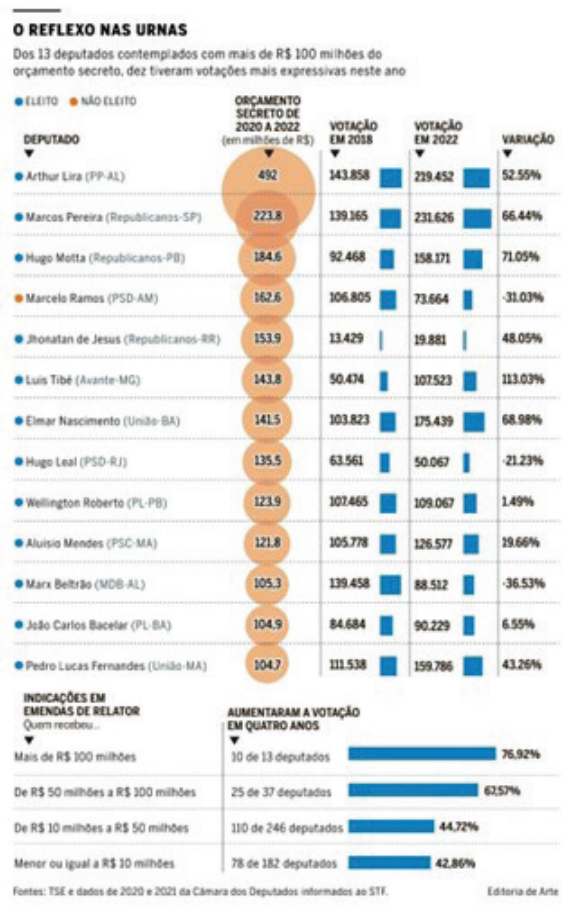
Seguindo a tendência, alguns partidos tradicionais da burguesia minguaram.

O PSDB, que já teve 100 deputados na época de FHC, caiu para 13 agora. Outros políticos da direita tradicional aderiram ou foram engolidos pelo bolsonarismo.

A campanha presidencial de Bolsonaro também usa e abusa da máquina do Estado como os pacotes de bondade (Auxílio Emergencial etc).

O Congresso que sai das urnas será uma muralha para Lula, eleito, atender as demandas do povo trabalhador. Aí, que se coloca a necessidade de uma Assembleia Constituinte Soberana, com a mobilização do povo, para que o povo, soberanamente possa recuperar o que foi destruído e decidir sobre as reformas de fundo que o país precisa.

Alberto Handfas



Reprodução O Globo

A militância está disposta a ir às ruas

É preciso se apoiar nisso para dialogar com o povo

Passado o dia 2 de outubro que frustrou a expectativa de vencer no 1° turno as eleições presidenciais e fez o Congresso se tornar ainda mais reacionário que o atual, a militância do PT começou a reagir por várias partes do país. Plenárias de militantes do PT e que em alguns casos incluem partidos aliados começaram a organizar a campanha no segundo turno.

Lula iniciou a campanha no segundo turno com uma caminhada no dia 6 de outubro, junto com Haddad, que reuniu milhares de apoiadores em São Bernardo do Campo. A passeata saiu do Sindicato dos Metalurgicos do ABC e percorreu as ruas do centro da cidade. Em discurso Lula desancou Bolsonaro que disse que Nordestinos votaram em Lula por serem analfabetos.

Já no dia 7 foi a vez de Lula percorrer as ruas do centro de Guarulhos, na região metropolitana da capital paulista. Novamente ao lado de Haddad, a passeata foi acompanhada por milhares de pessoas.

Em Recife, no dia 6 de outubro, mais de 200 militantes de diversas correntes do PT se reuniram no plenário do Movimento de Trabalhadores Cristãos para organizar a campanha do 2° turno e adotar um manifesto de apoio à Marília Arraes, ex PT, hoje no Solidariedade, que enfrentará Raquel Lyra, candidata do PSDB ao governo do estado de Pernambuco.

Já em Juiz de Fora, Minas Gerais, mais de 300 militantes do PT, PCdoB, PSOL e outros partidos se reuniram no auditório do Sindicato dos Bancários da cidade. O Objetivo da discussão foi dar um início à campanha no segundo turno, organizando atividades nos bairros e até arrecadação financeira, já que o material da campanha nacional ainda está escasso.

Para reforçar esta disposição da militância é preciso focar nas questões que dialoguem com as difíceis condições de vida do povo que precisa se livrar de Bolsonaro, e para isso vai eleger Lula em 30 de outubro.

Correspondentes

No topo: Lula em São Bernardo-SP; Abaixo do lado esquerdo: Plenária de militantes em Recife-PE e plenária em Juiz de fora-MG; Abaixo lado direito: Lula e Haddad em Guarulhos

Greve da EBSERH vence Bolsonaristas

Terminou com vitória a greve de 21 a 30 de setembro dos empregados da Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares (EBSERH--administração dos hospitais das universidades federais).

Com mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), um acordo foi proposto em 29 de setembro e aprovado no dia seguinte, em assembleias convocadas pela CONDSEF e outras entidades.

Conforme a Ata do TST, a direção bolsonarista da empresa desiste da tentativa de rebaixar o adicional de insalubridade dos empregados, aceita a manutenção de todas as cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e concorda com a instalação de dissídio para julgar unicamente o índice de reajuste a ser aplicado aos salários e benefícios. Além disso foi garantido o pagamento dos dias parados.

Antecedentes da greve

Logo em 2019, o governo Bolsonaro modificou o regulamento de pessoal da EBSERH para o adicional de insalubridade ser calculado com base no salário-mínimo e não mais sobre os vencimentos de cada trabalhador.

A perda seria de quase 30% para muitos empregados dos concursos anteriores. Ocorre que tal rebaixamento salarial só poderia entrar em vigor se as entidades sindicais dessem sua autorização por meio de cláusula no ACT, o que foi rejeitado.

Criado o impasse, nenhum ACT foi fechado desde então e os salários estão congelados há cinco anos - mesma situação de outras empresas, como a CONAB, e do conjunto dos servidores estatutários.

Os bolsonaristas da EBSERH passaram a chantagear a categoria e a jogar um setor contra outro tentando culpar as entidades sindicais pelo congelamento e pela trava nas negociações.

Os empregados atravessaram a pandemia sob pressões e ameaças. Em maio de 2021 tiveram uma greve bloqueada pelo TST que impôs 100% de presença no setor assistencial.

Agora, esta nova greve paralisou 37 dos 41 hospitais, obrigando o recuo dos bolsonaristas no TST. O julgamento do índice salarial está previsto para 10 de outubro.

A categoria continua vigilante pois a direção bolsonarista já começou a descumprir o acordo cortando o ponto dos grevistas e ameaçando-os com processos administrativos.

Edison Cardoni

Enfermagem: luta continua

Os trabalhadores da enfermagem voltaram a Brasília no dia 5 de outubro no ato em defesa do Piso Salarial.

No último dia 21 de setembro enfermeiros, técnicos e auxiliares estiveram nas ruas de norte a sul do país, em 17 estados, exigindo o cumprimento do Piso, tanto para o setor público quanto para o privado. Isso após o STF suspender a aplicação do piso a pedido dos patrões, uma lei que havia sido aprovada no Congresso Nacional.

Já nesse dia 5 de outubro em Brasília, os trabalhadores tinham o objetivo de exigir do STF que não se meta nesta luta. Reforçaram que o piso é lei, que se deve fazer valer! E que é necessário derrubar o veto do Presidente da República ao reajuste anual, bem como garantir as fontes de custeio para aplicar a Lei.

No dia anterior (4), o Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar 44/2022 que permite aos estados e municípios remanejar recursos para garantir o pagamento do piso.

E o setor privado...

Os patrões, ao conseguirem suspender a aplicação do piso no STF, fazem chantagem com demissões de trabalhadores. E propõem a desoneração da folha de pagamento, o aumento de repasse para as entidades filantrópicas e o aumento da tabela SUS. Ou seja, não abrem mão de seus lucros para atender uma reivindicação histórica da categoria que foi garantida em lei.

A categoria deve permanecer unida e mobilizada para exigir a aplicação do Piso para os trabalhadores de todos os setores.

João B. Gomes

Agentes acampam na Prefeitura de Salvador

"Agente recebe R$877,07. É abandonado à própria sorte por essa gestão. Estamos acampados. Está na mão do prefeito resolver essa situação. Nosso nome é resistência. iremos resistir e estamos abertos ao diálogo. Nossa bandeira de luta é a Emenda Constitucional 120. Cuidamos da saúde das famílias.". Essa fala de um diretor do Sindacs (representante dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias) é o retrato da luta desta categoria na cidade de Salvador.

Há quase um mês acampados na frente da prefeitura eles exigem o cumprimento da EC 120, aprovada em maio desse ano, que estabeleceu o Piso Salarial Nacional inicial da categoria em dois salários mínimos. São mais de 3,4 mil profissionais que trabalham de casa em casa atuando prioritariamente nas ações estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a saúde da família e no combate à proliferação dos mais diversos vírus, como da Covid.

Prefeitura mente

A gestão do prefeito Bruno Reis (União Brasil) diz que "jamais houve qualquer repasse do governo federal voltado ao pagamento desses servidores", mas segundo a categoria é uma mentira, porque a lei obriga o repasse e o prefeito não paga.

A política da atual gestão é a continuidade do seu padrinho, o ex-prefeito e candidato a governador ACM Neto, do mesmo partido. Na prática eles tratam servidor com truculência e metem a tesoura nos direitos do funcionalismo como bem sabem os professores, que não recebem o Piso, agentes de trânsito e outras categorias. Segundo uma dirigente do Sindacs, a luta é pela "implementação da EC sem perda de nossos direitos", isso porque quando a prefeitura propõe algo ela retira diversas conquistas e desmantela o plano de cargos e salários conquistado.

Pague o piso

A pressão dos agentes apoiados por centrais, sindicatos, parlamentares e respaldada pelo povo que sabe da importância dos agentes, arrancou negociações. Esta luta, no terreno eleitoral, também trouxe efeitos políticos e, de certa forma, fez parte do movimento de virada do candidato do PT ao governo, Jerônimo Rodrigues, que derrotou ACM Neto no 1º turno contrariando boa parte das pesquisas que indicavam o ex-prefeito como favoritíssimo. Dia 11 a categoria volta a se reunir em assembleia para decidir os rumos do movimento.

Paulo Riela

Privatização da saúde: brecha está na Constituição

Apesar da Constituição de 1988 prever direito à saúde com o SUS, existe na própria Carta a possibilidade do setor privado coexistir e se embrenhar na saúde pública através do artigo 199. O processo de privatização ao longo da década de 1990 se deu, principalmente, através do desenvolvimento paralelo - e não complementar - de uma rede assistencial paga à parte, para uma população reduzida com acesso diferenciado e com reajustes cada vez mais altos. As empresas têm lucros estratosféricos e, ainda assim, possuem isenções fiscais na farra da filantropia. A partir de 2015 foram abertas ao capital estrangeiro, podendo remeter esses lucros para fora do país.

Na pandemia escancarou-se a falta de garantia de saúde integral – inclusive para quem possui plano privado - cabendo ao SUS disponibilizar todos os tratamentos que a população precisava.

OSs e OSCIPs, mais um ataque

Ainda no governo FHC, em 1998, José Serra (então ministro da saúde) aprovou a lei que integra o "terceiro setor" na gestão e serviços de saúde, com base na prerrogativa encontrada na Constituição, da passagem do serviço para instituições "sem fins-lucrativos", presente no artigo 199.

A partir dessa lei as Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) substituíram progressivamente os serviços públicos. Iniciou-se um novo ciclo de transferência de recursos públicos diretamente para o setor privado, sem acompanhamento e com pouca fiscalização. Em 2015, o STF julgou a ação de inconstitucionalidade das OSs e as tornou constitucionais. Essa ação consolidou a possibilidade do Estado extinguir órgãos ou entidades públicas e transferir os recursos diretamente às OSs por meio de contratos, não só prestação de serviço. Falando português claro: é privatização, pois há a entrega completa da gestão e serviços através desse modelo, com a abdicação do Estado no fornecimento da saúde pública que seria sua responsabilidade.

Juliana Salles

Fiscalização do Trabalho em ruínas

Num único dia, 10 metalúrgicos da região de Osasco (SP) morreram em acidentes nos seus locais de trabalho. Em 20 de setembro, as tragédias tiveram início com um desabamento na Multiteiner, em Itapecerica da Serra, quando um auditório desabou matando 9 trabalhadores e ferindo cerca de 30.

A empresa havia movido 64 funcionários de suas funções para reuni-los em um auditório improvisado em um mezanino, preparado como palanque para dois candidatos a deputado estadual e federal, Jones Donizette (Solidariedade) e Ely Santos (Republicanos). Após o acidente, a fábrica foi interditada pela prefeitura.

No mesmo dia, mas na Cinpal, em Taboão da Serra, uma peça no setor de forjaria caiu e matou o trabalhador Ademar Aparecido de Souza, e feriu outros três colegas.

Frente ao número expressivo de mortos e feridos e da repercussão, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e a visita técnica do Ministério Público do Trabalho (MPT) levaram poucos dias para ser realizada em ambos os casos, mas essa é a exceção, como explica o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Força Sindical), que representa a categoria nas cidades de Taboão e Itapecerica da Serra.

Queda do auditório na empresa Multiteiner

No caso da Cinpal, este é o segundo acidente fatal no ano. O primeiro foi em 22 de fevereiro, e tirou a vida de Ailton Aparecido Duarte de Andrade. Segundo o Sindicato, a fiscalização só veio a acontecer um mês depois do acidente, quando então confirmou a falta de segurança no local e emitiu cinco autos de infração contra a empresa. Nada disso foi suficiente para impedir que novo evento fatal viesse a acontecer na mesma fábrica, poucos meses depois.

Falta fiscalização do governo federal

Além da responsabilidade direta dos empregadores em ambos os casos, que está sendo analisada pelo MTPS e pelo MPT, há responsabilidade também do Estado, frente a ausência em número suficiente de auditores fiscais e de estrutura para os órgãos fiscalizadores.

Preocupado com esse cenário, o Sindicato havia enviado, em março, um relatório a outras entidades propondo uma ação conjunta. Nele, a entidade afirma: "Esta ausência do Estado na fiscalização coloca a vida de mais trabalhadores em risco. Além disso, colabora com a destruição de provas que garantiriam direitos de indenização aos vitimados e suas famílias, bem como provas para ressarcimento de gastos à Previdência Social."

O estado de São Paulo, de acordo com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), conta com 177 auditores em condições de realizar fiscalizações. Mas, pelos critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seriam necessários 1.141. Na Gerência da SRTE em Osasco, que atende Taboão e Itapecerica da Serra, trabalham apenas quatro auditores, e somente um tem especialização em Saúde e Segurança.

Em 2017, o Sindicato dos Metalúrgicos realizou um estudo sobre 94 acidentes graves e fatais, ocorridos entre 2010 e 2016 em sua área de representação, com média de 3 mortes por ano. Neste período, a entidade sindical levava em média 470 dias para ter o retorno aos pedidos de fiscalização protocolados. O relatório levava cerca de 150 dias. De lá para cá, o número de fiscais foi reduzido e o número de infrações aumentou vertiginosamente.

Plano nacional

Dados divulgados pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) mostram que nos últimos dez anos houve uma redução de cerca 45% do quadro de Auditores e de quase 70% dos recursos orçamentários da área. Em todo o país, sindicatos de trabalhadores vêem um "beco sem saída" em relação às possibilidades de solicitar autuação quanto ao trabalho sem carteira assinada ou a salários inferiores ao piso. O desmonte também prejudica frontalmente o combate ao trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil.

Priscilla Chandretti

Patrões coagem trabalhadores por voto em Bolsonaro

"Nós tem que se unir para que o Lula não ganhe, porque se ele ganhar, mais da metade aqui vai fechar. Eu sou um que tenho três cerâmicas aqui, e vou fechar as três. Então, eu vou fazer uma proposta para vocês.

A gente vai pegar o nome de todo mundo aqui, e se o presidente [Bolsonaro] ganhar a eleição, cada um vai ter 200 conto no bolso, é só vir aqui na cerâmica no outro dia de manhã."

A fala é de um empresário no Pará, registrada em vídeo enquanto ele discursava para uma roda de funcionários. É uma amostra cristalina da forma utilizada por patrões por todo o país para coagir trabalhadores a votar em Bolsonaro. Não é novidade: foi usada em larga escala em 2018 e voltou com tudo neste ano.

Em setembro de 2022, uma produtora rural pediu para agricultores "demitirem sem dó" quem fosse votar em Lula. Depois, se retratou, em um acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) que inclui o financiamento, por ela, de uma campanha em rádios pela liberdade do voto.

Já um pecuarista de Tocantins prometeu salários a mais aos seus funcionários em caso de vitória de Bolsonaro.

Tanto ameaças de demissão como promessas de recompensa ou obrigar funcionários a usar adesivo ou camisa de candidato podem ser consideradas como assédio eleitoral e levar a até 4 anos de prisão.

A CUT destacou em seu site a orientação de que o trabalhador pode buscar seu sindicato ou denunciar diretamente ao MPT, de forma sigilosa, ameaças deste tipo. Mas de acordo com matéria publicada no site da Central em 16 de setembro "as reuniões (com o MPT) para debater as ações serão marcadas para depois das eleições".

Mercedes: paralisação contra terceirização

Após a ameaça de demitir 3600 funcionários no início de setembro (ver OT 907) e do estabelecimento de mesa de negociação, a direção da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) se antecipou e chamou fornecedores para fazer estudos sobre a viabilidade da terceirização de todo o setor de logística. Reunidos em assembleia dia 27/9, os trabalhadores do setor decidiram pela paralisação de um turno em protesto. A assembleia também rejeitou a proposta de PDV (Programa de Demissão Voluntária) apresentada pela empresa de 10 salários.

Até o momento não há notícias sobre as negociações, iniciadas há quase 30 dias. Mas fica evidente que os patrões seguem empenhados no caminho das demissões e de ampliar as terceirizações. O pano de fundo é a reestruturação para a produção dos veículos elétricos. Diante disso, resta saber se o sindicato (Metalúrgicos do ABC) conseguirá organizar a luta pela defesa dos empregos, o que é urgente.

"A indústria no Brasil está acabando e, além de ter uma cadeia de produção grande, muitos setores da economia dependem dela, como comércio e serviços. O agronegócio não emprega essa multidão que vai ficar desempregada", disse o dirigente do sindicato Aroaldo da Silva. Nisso ele tem razão.

Trabalhadores da área da logística em assembleia

Além de ser necessária a mais ampla solidariedade à luta dos trabalhadores da Mercedes, é preciso colocar a questão para Lula: uma vez eleito, que tenha um programa de defesa e recuperação do parque industrial no país e edite uma medida de emergência para proteger os empregos.

Tiago Maciel

Declaração do Secretariado Internacional da 4ª Internacional

16 de setembro de 2022

O Secretariado Internacional da 4ª Internacional – que desde o dia seguinte à eclosão da guerra na Ucrânia tomou posição dizendo: "Nem Putin, nem Otan!" – constata: a atual guerra na Ucrânia tornou-se, de fato, uma guerra mundial. Desde já, em todos os continentes, os povos sofrem as suas consequências. Em nome da "economia de guerra", temos a inflação, a alta dos preços, o empobrecimento de centenas de milhões de seres humanos.

Esta guerra opõe o regime de Putin à Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) – uma aliança bélica impulsionada diretamente pelo imperialismo dos Estados Unidos, sendo as burguesias europeias só auxiliares menores, totalmente alinhadas com Washington. Com o risco, a qualquer momento, de um desenvolvimento descontrolado ou de uma provocação com consequências catastróficas para toda a humanidade.

Os objetivos desta guerra são claros:

- por um lado, o imperialismo dos Estados Unidos pretende pôr a Rússia de joelhos, abrindo assim a via à reconquista das imensas riquezas desse país, notadamente petróleo e gás – e ninguém se esquece do que fizeram com o Iraque, sob o pretexto de um arsenal de armas de destruição em massa, e as verdadeiras razões para a destruição do país: *"Se o Iraque produzisse cenouras, nunca teríamos ido lá"*, disse na época um dirigente dos EUA. No caso da Rússia, são riquezas que não puderam ser usadas para a valorização do capital, há mais de um século, por causa da Revolução de Outubro.

- por outro lado, os objetivos da guerra estão ligados aos interesses dos pedaços decompostos da burocracia stalinista, da qual Putin é, de uma só vez, herdeiro e administrador da massa falida, a serviço do sistema capitalista. Putin e seus amigos estão lutando pela sobrevivência, que depende do resultado das operações em curso. Vem daí a aventura criminosa de invasão da Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022.

Os meios usados pelo imperialismo para a guerra não têm limites. O regime de Zelinski só pode aguentar-se com base nas dezenas de bilhões de dólares e nas armas de última geração enviadas pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em quantidade ilimitada, bem como por todos os governos europeus.

Manifestação em Berlin em 27 de fevereiro reuniu mais de 100 mil contra a guerra

Esta guerra não é nossa. Com Karl Liebknecht – único deputado do Partido Social-Democrata (PSD) da Alemanha que se recusou a votar a favor dos créditos de guerra em 1914 –, nós afirmamos: *"O inimigo está em nosso próprio país"*. Há vozes que hoje se levantam, como a de Luigi de Magistris, porta-voz do movimento Unione Popolare, na Itália, que declara: *"Não se pode dizer, por um lado, que se é contra a guerra e, por outro, votar a favor do envio de armas e do aumento das despesas militares"*; ou como a da deputada Sahra Wagenknecht, que, no seu discurso no Parlamento alemão, denunciou: *"A ideia de que podemos punir Putin mergulhando milhões de famílias alemãs na pobreza e destruindo a nossa indústria, enquanto a Gazprom obtém lucros recordes, não será o cúmulo da estupidez? Essas desastrosas sanções econômicas têm de acabar."*

Nos recusamos a aderir a uma guerra apresentada como sendo de "democratas" contra "autocratas". Apoiamos incondicionalmente os trabalhadores e jovens da Rússia que rejeitam a guerra e conseguirão, mais cedo ou mais tarde, pôr fim a Putin e a seu aparelho policial. Essa tarefa é deles, e só deles.

Não estamos entre os que, em nome da "emergência humanitária", organizam a ingerência por conta dos Estados Unidos, o que leva sempre à guerra, como vimos na Somália, na Iugoslávia, na Líbia etc. O destino dos povos não pode ficar a cargo da Otan e do imperialismo. Já se formam blocos (como Otan contra China/Rússia, por exemplo), e os riscos de uma conflagração mundial estão presentes. Para nós, combater a guerra significa combater o inimigo de classe, o imperialismo em geral e em cada país, que, para ir até o fim do que busca desde a vitória da Revolução de 1917 – primeiro com a ajuda do stalinismo, e agora com a de Putin –, quer colocar o proletariado russo sob a sua bota.

A luta contra a guerra e o militarismo é inseparável do combate, em cada país, contra as medidas tomadas em nome da "economia de guerra" (inflação, alta de preços etc.) – em primeiro lugar, contra o alto custo de vida –, por meio do congelamento de preços, pelo aumento geral dos salários.

A partir de hoje – e com efeito imediato –, o conjunto das nossas organizações devem centrar a sua atividade de propaganda e de organização nas seguintes palavras de ordem, que constituirão o eixo da nossa expressão política em todos os países:

1 Em primeiro lugar, nos países membros da Otan, combatemos pela imediata saída do país do quadro da Otan e de seu comando integrado. Isto se impõe em particular para a nossa seção francesa, uma vez que a França é, simultaneamente, uma potência nuclear e membro do Conselho de Segurança da ONU; e também para a nossa seção alemã, uma vez que a base de Ramstein é o centro de comando de todas as operações da Otan na Ucrânia.

2 Em todos os países nos quais há bases militares da Otan (e há muitas, nomeadamente na Alemanha, Espanha, Itália, Grécia, Romênia e Bélgica), combatemos pelo fechamento e desmantelamento imediato dessas bases, na linha do que foi decidido no Encontro Operário Europeu de Madri contra a Cúpula da Otan, realizado em 25 de junho de 2022.

3 Consideramos que o interesse de todos os povos da Europa, a começar pelo povo ucraniano, passa pelo desmantelamento da Otan.

4 Como demonstraram os estivadores na Itália, combatemos pelo fim imediato do envio de armas para a Ucrânia.

5 Em todos os países, exigimos o fim imediato das sanções, não só as que atingem o povo russo, mas também as que atingem duramente os povos da Venezuela, Cuba, Irã e China. Essas sanções – que desorganizam, em particular, todo o sistema de produção de energia – já colocam em grave perigo diversos setores essenciais da indústria europeia (alumínio, siderurgia etc.), o setor de transportes, e ameaçam as condições de trabalho e de existência de centenas de milhões de trabalhadores e jovens em todos os continentes.

6 É preciso parar essa guerra já, o que exige um cessar-fogo imediato.

7 Essa luta exige, igualmente, o restabelecimento de todas as liberdades democráticas e dos direitos sindicais e políticos tanto na Rússia como na Ucrânia, contra a política de Putin e de Zelenski, que na Rússia torna quase impossível a atividade dos sindicatos, e que na Ucrânia aproveita a guerra para atacar a legislação trabalhista.

8 Nem um centavo para os orçamentos de guerra! Restabelecimento imediato dos orçamentos para a saúde, a educação etc. Rejeitamos os apelos à "união nacional", e aos "sacrifícios" exigidos pela economia de guerra. Combatemos, em cada país, os governos que usam a guerra como pretexto para fomentar a inflação, a alta de preços e o empobrecimento do povo.

Depois das eleições na Itália

Vitória da extrema direita num mar de abstenções

Militantes da Unione Populare na Itália

As eleições de domingo 25 de setembro deram a vitória anunciada para a direita na Itália e no dia seguinte a Bolsa de Milão abriu em alta.

Não é de se estranhar que a chamada coalizão de centro-direita dos partidos de Giorgia Meloni (Fratelli d´Italia), Salvini (Lega) e Berlusconi (Forza Italia) tenha ficado em primeiro lugar (44%). O partido de extrema-direita de Meloni foi o mais votado da coalizão com 26%, o que lhe permite reivindicar o posto de chefe de Governo (a Itália é parlamentarista, NdT). Contudo essa coalizão não cresceu nos votos que obteve em 2018 (cerca de 12 milhões), o que houve foi uma redistribuição interna em favor de Meloni pela queda na votação nos partidos de Salvini e Berlusconi.

Já a coalizão de "centro-esquerda" totalizou 26,5% dos votos e dentro dela o Partido Democrata (antigo partido comunista, NDT), que governou durante anos a serviço do capital, teve 19%.

A abstenção de 47% foi a mais alta já registrada nas eleições italianas, aumentando em 9% com relação a 2018. No Sul, em particular, a abstenção foi notável, como na região de Nápoles que passou de 31,82% em 2018 para 46,73% em 2022!

Empresários e EUA tranquilos

A preocupação expressa pela União Europeia, governo dos EUA e comunidade financeira internacional com a possível vitória de Meloni dissipou-se. Com efeito, a sua posição favorável à OTAN e pró guerra, a favor do envio de armas à Ucrânia, foi tranquilizadora.

Em 26 de setembro, o chefe da diplomacia dos EUA, Antony Blinken, se mostrava exultante: "Quero trabalhar com o governo italiano a partir de nossos objetivos compartidos de apoiar uma Ucrânia livre e independente, respeitando os direitos humanos e construindo um futuro económico sustentável".

O presidente francês, Emmanuel Macron, disse por seu lado, que respeita a "eleição democrática" dos italianos e conclamou Roma a "seguir trabalhando juntos" como "europeus".

Tranquilizados? Como dizia um militante da "Unione Populare" - coalizão de esquerda dirigida por Luigi de Magistris, ex prefeito de Nápoles, que obteve mais de 400 mil votos (1,5%) em sua primeira participação eleitoral, num contexto de boicote generalizado – no dia seguinte das eleições: "É interessante o que vai se passar nos próximos meses. Meloni não tem qualquer plano para solucionar a crise e as faturas continuarão aumentando. A população não vai se limitar a observar sentada".

"Existe um espaço para construir"

Lorenzo Giustolisi, sindicalista da USB (União Sindical de Base) e apoiador da Unione Populare, escreveu: "Os militantes sabem que a necessidade de uma representação política dos interesses populares está na ordem do dia depois dos desastres governamentais, ainda mais agora com as formações reacionárias que estarão no próximo governo."

Apesar da afirmação da direita, existe um espaço objetivo para construir essa representação com um conteúdo claro: a recusa firme a qualquer forma de compromisso e rebaixamento das exigências. Devemos nos preparar para uma oposição social a um governo que será pró-OTAN, belicista e de ataque aos direitos civis para tentar desviar a atenção da crise social e econômica.

O mundo não se acabou em 25 de setembro. Seguimos em um mundo de crise e guerra, um desastre ambiental cada dia mais visível, devemos incentivar as lutas, organizar os trabalhadores, responder às necessidades sociais, acumulando forças. O período é complexo, mas é também interessante e nos dá espaços. Ocupemos esses espaços, deitemos raízes, estabeleçamos uma forte relação com os setores sociais que não podem seguir vivendo assim por muito tempo."

Ophélie Sauger
"Informations Ouvrières" nº 725

Haiti: Carta Aberta à ONU mostra responsáveis pela situação

Apesar dos bandos armados, manifestações pelo fim do governo não param

Desde o mês de julho ocorrem manifestações de protesto do valente povo do Haiti, na capital, Porto Príncipe, e muitas outras cidades do país. Elas se dão contra a alta dos preços de alimentos e combustíveis e pela saída imediata do poder de Ariel Henry, primeiro ministro que substituiu o presidente Jovenel Moïse assassinado num ajuste de contas interno ao partido governista Tèt Kalé (PHTK).

O governo do PHTK, que mantém relações com bandos armados que aterrorizam a população, é mantido no poder com a cumplicidade da ONU, do "Core Group" (que inclui países interlocutores, inclusive o Brasil) e do governo dos EUA.

Em 22 de setembro, cerca de 50 organizações de luta do povo, sindicatos e movimentos, dentre eles a Central Nacional Operária Haitiana (CNOA) e o Movimento por Igualdade e Fraternidade (Moleghaf), lançaram uma Carta Aberta a Antônio Guterres, secretário geral da ONU, que, além de assinalar as responsabilidades pelo drama haitiano, pede o apoio solidário à luta pela soberania do povo do Haiti. Abaixo trechos dela:

"Um governo de transição escolhido por haitiana/os"

"O povo haitiano em luta foi surpreendido com as falsas informações que o senhor difundiu na cadeia France 24 no que diz respeito ao justo e legítimo movimento atual de protesto (...)

Contrariamente às vossas afirmações, esses protestos populares se inscrevem na luta por um Haiti libertado da sufocante ingerência estrangeira, da gangsterização, dessa extrema miséria fabricada e de um regime político antinacional, ilegítimo, criminoso estabelecido pelo Core Group do qual a ONU faz parte. Esse regime político fantoche que opera sob os ditados do FMI acaba de apunhalar o povo com o aumento de 128% do preço dos combustíveis, fazendo dobrar ou triplicar os preços dos produtos de primeira necessidade (...)

Por que pensar em envio de uma força militar para controlar a ação criminosa dos bandos armados, quando sabemos que eles estão a serviço e sob comando do poder atual, do Core Group e de vossa representante (da ONU) especial? (...)

Para terminar, queremos vos assegurar que o povo não abandonará as ruas enquanto não seja estabelecido um governo de transição escolhido pelos haitianos e haitianas e que tenha um programa global que vá no sentido da satisfação de suas legítimas reivindicações. O que passa forçosamente pela demissão de Ariel Henry que o senhor e outros atores da comunidade internacional anti-Haiti entendem apoiar custe o que custar no trabalho criminoso de desestabilização de nosso país."

Julio Turra

Decreto de Putin provoca manifestações

Após mobilização das Forças Armadas, protestos estouram e são reprimidos

Manifestante é preso por protestar contra a guerra

Em 21 de setembro, "Dia Internacional da Paz", Vladimir Putin anunciou a mobilização de reservistas na Federação Russa. Mais de seis meses se passaram desde que o exército russo iniciou operações militares em larga escala na Ucrânia.

Putin provou mais uma vez ser fiel a si mesmo: não cumpre sua palavra. Ele havia declarado em março que não haveria mobilização para a chamada "operação militar especial" expressão decretada como a única aceita oficialmente (qualquer cidadão que se manifeste contra ou fale em "guerra" é passível de ser condenado a 15 anos de prisão).

A população não acreditava que Putin iria chegar à mobilização. Há pessoal militar suficiente para uma grande guerra (3 milhões), mas agora o conflito está batendo à porta de amplos setores da população.

Assim, a maioria dos russos não esperava que o presidente fosse tão arbitrário em seu discurso. Mas algo deu errado: a fala, anunciada para a noite do dia 20, não aconteceu. Não se sabe o que ocorreu no Kremlin (sede do governo) naquele momento.

Talvez houvesse algum tipo de "luta interna" entre os nacionalistas raivosos e os cautelosos burocratas? Pode-se supor que sim. Por volta da meia-noite, por canais que não os do Kremlin, foi anunciado que o discurso de Putin seria adiado para a manhã seguinte e que o ministro da Defesa, Serguei Shoigu, falaria depois dele.

Longa noite de angústia

Milhões de pessoas estavam tensas, mas não acreditavam em um anúncio de mobilização, assim como não haviam acreditado na invasão de fevereiro. Então, pela manhã, Putin e Shoigu anunciaram a promulgação do decreto nº 647, "Sobre a Mobilização Parcial na Federação Russa".

O parágrafo 7, "para uso oficial", referente ao número de pessoas a serem mobilizadas, não foi publicado. O decreto é o mais vago possível: não especifica as categorias de pessoas a serem mobilizadas, nem a quantidade de pessoas a serem convocadas, o que levou à especulação de que o número estaria entre 300 mil e 1,2 milhão.

Essa foi a primeira mobilização de reservistas da atual República Russa e a terceira da história, após a do Império Russo em 1914 e a da União Soviética (URSS) em 1941.

Manifestações espontâneas

No mesmo dia em que a mobilização foi anunciada, ocorreram manifestações espontâneas em dezenas de grandes cidades russas. As primeiras começaram poucas horas após o anúncio no Extremo Oriente e na Sibéria, antes de se espalharem para a parte europeia do país. Os protestos foram brutalmente reprimidos pela polícia, que já havia prendido 1.321 pessoas em 38 cidades até a noite de 21 de setembro.

Houve concentrações espontâneas, piquetes e bloqueios de rodovias federais no Daguestão, queima de comissariados militares em São Petersburgo, Nizhny Novgorod, Khabarovsk, Togliatti, nas regiões de Amur, de Orenburg e de Volgogrado e no território da Transbaikalia.

Os detidos foram submetidos a medidas inusitadas. Enquanto alguns eram convocados para o escritório de registro militar, outros foram acusados de "desacreditar o exército russo" e espancados com cassetetes. Uma jovem morreu no momento de sua prisão. Para os detidos, é a prisão ou a guerra. Em 24 de setembro, uma nova onda de protestos foi anunciada em toda a Rússia.

Anton Poustovoy, para o jornal francês "Informações Operárias"

RESISTÊNCIA NA RÚSSIA

A decisão de Putin e seu aparelho de decretar uma mobilização parcial, afetando oficialmente pelo menos 300 mil reservistas, provocou verdadeira explosão na Rússia. Grandes manifestações ocorreram em muitas cidades e foram severamente reprimidas. Dezenas de milhares de russos estão fugindo do país para evitar o alistamento, tentando cruzar as fronteiras para a Geórgia, o Cazaquistão ou a Mongólia.

A Finlândia e outros países da União Europeia, sob essas condições, decidiram fechar suas fronteiras aos cidadãos russos!

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Gertrud von der Leyen, quando questionada sobre um possível cessar-fogo, respondeu que isso está fora de questão.

O presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou novamente que a guerra irá durar muito tempo. E o presidente ucraniano, Zelensky, disse aos russos: "Vocês já são cúmplices em todos os crimes (do exército russo), nos assassinatos e torturas de ucranianos, porque têm estado em silêncio, porque ainda estão em silêncio".

Toda essa gente quer prosseguir com a guerra até o último ucraniano e o último russo. Como diz Oskar Lafontaine, precisamos de um cessar-fogo.

Mas a saída virá da mobilização do povo russo, e não do imperialismo. Nem Putin nem Otan!

Lucien Gauthier

Chegou o Calendário de O Trabalho 2023!

Como já é tradição, estamos iniciando a nossa Campanha Financeira desse ano. Oferecemos aos nossos amigos o calendário de 2023. Com 15 ilustrações entre fotos e gravuras, o tema dessa edição é "A luta dos povos por sua soberania" - a autodeterminação dos povos. Uma questão que integra a luta dos socialistas desde os tempos da 2ª Internacional, no início do século passado.

Com efeito, em 1912, Lenin já combatia para que seu partido condenasse os ataques dos Tsares na Pérsia (atual Irã). O mesmo Lenin saudou a luta revolucionária do povo chinês, ao afirmar que "está trazendo emancipação à Ásia e enfraquecendo o domínio da burguesia europeia."

Em 1917, no processo da Revolução Russa, o Partido Bolchevique incluiu a bandeira do direito à autodeterminação no programa. Trotsky afirmou que "só por esse caminho o proletariado russo pôde conquistar pouco a pouco a confiança das nacionalidades oprimidas".

Depois, em 1921, já no período da 3ª Internacional, Lenin, ao discutir a situação dos povos asiáticos, abordava a questão pelo seguinte ângulo: "estão travando uma luta revolucionária por liberdade".

Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista foram o laboratório que permitiu a integração dessa questão ao acervo marxista e revolucionário.

Nesse calendário 2023, a cada mês, o leitor encontrará um momento da história da experiência de 12 países, começando pelo Haiti, primeira nação da América a conquistar a independência em 1804. Depois, seguindo ordem cronológica, a Revolução Mexicana, a Revolução Russa e a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a luta do povo palestino, a Revolução Chinesa e Cubana, a Luta pela independência da Argélia, do Vietnã, do povo da África do Sul contra o apartheid, no Brasil, a questão do petróleo e, finalmente, o exemplo da constituição da Ucrânia como nação.

Ao adquirir nosso calendário 2023, além de ter acesso a uma bela e instrutiva publicação, você ajudará a sustentar materialmente nosso combate.

Não há independência política sem independência financeira. Nós dependemos em 100% da contribuição de milhares de trabalhadores e jovens para manter nosso combate.

Contribua com nossa corrente! Adquira o calendário de O Trabalho 2023!